

## **Entre acontecimentos jornalísticos e históricos na Guerra em Gaza 2023-2024: narrativas midiáticas da questão palestino-israelense**

**Vinicius Pedreira Barbosa da Silva<sup>1</sup>**

**Resumo:** A partir de uma perspectiva de estudos narrativos midiáticos, este artigo assume o ‘narrar o conflito’ (HARB; MATAR, 2013), em contraposição à ‘mediação de conflito’ pelas mídias — sob um viés que se pretende neutro. Nesse escopo, o objetivo é debater e explorar como vem se constituindo a cobertura midiática, de forma geral, em relação a Gaza 2023-2024, a partir das mídias sociais — ativismo digital palestino e narrativas jornalísticas — na (re)apresentação dos acontecimentos jornalísticos e históricos dentro de um contexto de longa-duração da questão palestino-israelense. Baseando-nos no quadro teórico das teorias dos acontecimentos e do jornalismo como forma de conhecimento, busca-se analisar de forma crítica enquadramentos na narração da experiência de vida cotidiana em situações de conflito. Isso vai de encontro ao jornalismo convencional sobre e da questão palestino-israelense, na grande parte das vezes muito influenciado pela narrativa da *hasbara* sionista-israelense – termo que combina as ideias e estratégias de relações públicas e diplomacia pública.

**Palavras-chave:** Acontecimentos; Mídias Sociais; Gaza.

### **Between journalistic and historical events in the Gaza War 2023-2024: media narratives of the Palestinian-Israeli issue**

**Abstract:** From the perspective of media narrative studies, this article assumes the ‘narrating conflict’ framework (HARB; MATAR, 2013), as opposed to the ‘mediation of conflict’ by the media - that goes beyond its intention to be neutral. In this sense, the paper aims to debate and explore how Gaza’s War 2023-2024 is being covered from social media – Palestinian digital activism and journalistic narratives. Furthermore, how it is (re)presenting journalistic and historic events within a long-term context of the Palestinian-Israeli issue. Based on the events theories and journalism as a form of knowledge, it delves into a critical analysis of the conflict regarding narrating life experiences in everyday life. It sheds light on different forms of journalism, as well as discusses Israeli *hasbara* narratives — a concept that combines public relations and public diplomacy.

**Keywords:** Events; Social Media; Gaza.

---

<sup>1</sup> Professor adjunto do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e doutor em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (UnB).

## Introdução

Este artigo tem o objetivo de explorar e analisar algumas das estratégias narrativas e de linguagem na cobertura midiática jornalística e de ativistas palestinos em mídias sociais acerca da Guerra em Gaza 2023-2024. As novas Tecnologias da Informação (NTICs) proporcionam o aumento da velocidade de disseminação da informação e das notícias e imagens, elevando os riscos das *fake news* e ampliando as disputas narrativas, incluindo propagandas políticas. Ao mesmo tempo, novos atores e vozes podem ganhar espaço e são evidenciados com o potencial de viralizar conteúdos.

Como como diversas pesquisas apontam (BERRY, 2017, PHILO; BERRY, 2011; BARKHO, 2011, KAPOSI, 2014; SIRHAN, 2021; RODGERS, 2015; BARBOSA DA SILVA, 2023; entre outros), alguns dos grandes desafios na cobertura jornalística da questão palestino-israelense são trazidos com as seguintes características: imagens de violência descontextualizada; ausência de explicações de motivações e contextos para o acirramento do conflito e de novos acontecimentos (questões históricas); tendência em reportar confrontos no dia a dia entre os dois lados, em um ‘ciclo de violência’ apresentado como constante e perigosamente normalizado até mesmo em momentos sem acirramentos de ânimos.

Nesse último aspecto da violência, geralmente utiliza-se palavras que minimizam a realidade da experiência vivida palestina de opressão de uma ocupação militar desde 1967 nos territórios palestinos —, tendo uma falta de explicação prática da natureza militarizada de controle israelense das vidas e corpos palestinos nas matérias jornalísticas, geralmente focadas apenas na eclosão de novos episódios violentos e não no cotidiano.

A linguagem em seu aspecto mais amplo, com seu caráter narrativo, dessa forma, é central no intuito em controlar quem narra o que e como narra. Isso faz parte dessas circunstâncias na contemporaneidade, ainda mais no contexto de disputas narrativas *sobre, na e da* Palestina/Israel. Pensar em termos narratológicos é imprescindível — isso porque imagem e território sobre e da Palestina-Israel engendram visões e experiências de um conflito que acontece, também, no coração da linguagem (RESENDE, 2021).

A abordagem conduzida neste artigo, desse modo, parte de um viés narratológico, cujo entendimento compreende as narrativas muito além da sua característica de apenas uma modalidade textual, mas sim como um modo de organizar e compartilhar experiências de ser e estar no mundo, sendo as narrativas formas de uma ponte entre o vivido e o narrado.

Nomear e renomear não é um processo inocente e os modos de narrar tendem a aumentar a percepção de maior legitimidade (ou não) de práticas e táticas, produzindo aceite (a)crítico de alegações dos fatos no dia a dia, baseados nas experiências vividas no mundo. Visto que o campo de estudos das narrativas considera as memórias sempre vivas e dinâmicas, cada lembrança pode trazer facetas diferentes sobre determinada situação, (re)significando passados e presentes.

No caso do jornalismo internacional em diferentes mídias é preciso lidar com quatro principais aspectos: acesso aos locais dos eventos; contexto histórico; tentativas políticas em influenciar as matérias; o impacto do jornalismo na produção de políticas — diplomáticas ou de outras naturezas (RODGERS, 2015). Dito isso, é preciso ter em mente que os eventos históricos muitas vezes se sobrepõem para que possamos esboçar algum quadro inteligível *na* e *da* atualidade, tal como possibilidades de futuro.

De acordo com o pesquisador Mike Berry (2017), tais fatores encontram-se no meio de intensas propagandas e políticas, relações públicas e grupos de *lobby* — fazendo do conflito palestino-israelense uma verdadeira “guerra de informação” (BERRY, 2017). Em outras palavras, há constante tentativa em tentar justificar ações, em uma busca incessante pela legitimidade pública no campo da opinião internacional.

O interesse da mídia internacional pode ser explicado por diversos elementos, inclusive em termos de valores-notícias, que oscilam de tempos em tempos, mas nunca somem. Por exemplo, pode-se dizer: do envolvimento de atores políticos em nível geopolítico, incluindo a atenção da política externa norte-americana; o fluxo constante de imagens de violência e derramamento de sangue (dramatizando as narrativas jornalísticas apresentadas); a longa continuidade do conflito; e a facilidade de produzir notícias em uma nação tecnologicamente acessível — aqui ele se refere a Israel, pois o acesso aos territórios palestinos é mais fragmentado e controlado pelo Estado israelense (seja por terra, ar ou

água), fator que torna a cobertura mais desafiadora na busca em trazer pluralidade de vozes. Como diversas pesquisas apontam, o tempo de ar e de espaço costuma ser maior para os argumentos e narrativas israelenses nas mídias convencionais (SIRHAN, 2021).

## 1. A influência das mídias sociais e o jornalismo internacional

Embora as redes sociais como conceito seja muito anterior à internet, o desenvolvimento da *web* modificou as conexões entre os indivíduos, constituindo elementos dinâmicos e comportamentos que alteraram a estrutura de uso da rede de computadores rumo a uma maior ubiquidade<sup>2</sup>. Antes focado na descrição e compreensão das estruturas sociais, sendo utilizado como metáfora para os modos de interconexão/relacionamento entre os atores sociais *off line*, as redes sociais hoje são constantemente utilizadas, no senso comum, como sinônimos de mídias sociais digitais, integradas ao mundo *on line*

Nesse sentido, as mídias sociais são ferramentas que abrem novos espaços nas interações humanas por meio da tecnologia conectada em rede. Elas ganham terreno a partir da *web 2.0*<sup>3</sup>(web participativa), desenvolvida em meados dos anos 2000. Sua característica principal foi iniciar a possibilidade de produção de conteúdo pelos próprios usuários/internautas, fortalecendo – em teoria – a democratização<sup>4</sup> da produção por meio dos *blogs*, fóruns, comentários, etc. O nível de interatividade e potencial de viralizar começa a aumentar com a maior facilidade de utilização e na compra de aparelhos como os celulares e, posteriormente, *smartphones*.

---

<sup>2</sup> Presença, em todos os lugares, de mídias digitais conectadas em rede, estabelecendo conexões em qualquer espaço e tempo com acesso a tecnologias digitais pela internet (SÁ MARTINO, 2010).

<sup>3</sup> A *web 1.0* se desenvolveu em meados da década de 1990 e tinha como características a apresentação de conteúdos mais estáticos e com pouca ou nenhuma interação dos produtores de conteúdos com os seus públicos. No caso da *web 3.0* (semântica), nos anos 2010, amplia-se a possibilidade de personalização e customização dos conteúdos, com maior facilidade de acesso com a velocidade de navegabilidade, uso de algoritmos e início da Inteligência Artificial (IA). Hoje estamos no momento de transição para a *web 4.0*, no qual aprofunda-se a influência dos algoritmos com autoaprendizagem, da IA, Big Data e a internet das coisas (como Alexa e vínculos com objetos de forma inteligente e automatizada).

<sup>4</sup> Com todas as implicações da existência das barreiras digitais, ou seja, diferenças de acesso às tecnologias e mídias digitais, vinculadas a problemas sociais e econômicos.

Esse cenário coincide com a ascensão do jornalismo cidadão (participativo ou colaborativo) na produção, compartilhamento e repercussão dos conteúdos noticiosos. Nele, é possível que qualquer um possa produzir conteúdo, inclusive como testemunhas dos acontecimentos. O nível de confiabilidade e credibilidade, portanto, tem que ser construído junto ao público e às instituições sociais e jornalísticas.

Atualmente, com o avanço tecnológico e a complexificação do fenômeno comunicacional, da emergência de diversificados meios para narrar histórias em suas pluralidades e vozes (documentários, quadrinhos, mídias independentes; mídias sociais etc.), o jornalismo estaria entrando na seara de um espaço no qual os sujeitos também se tornam protagonistas, amplificando a intersubjetividade do campo e os sentidos sobre o mesmo conflito.

Os modos de narrar informam (e até desinformam) diferente a cada intencionalidade na produção de conhecimento. Para Eduardo Meditsch (1997; 2010) é possível dividirmos três abordagens do jornalismo como conhecimento. Na primeira delas, ainda muito embebida no viés positivista, tinha-se uma visão simplista e deturpada do jornalismo; para ela, o jornalismo não produziria conhecimentos válidos, mas sim ajudava na degradação do saber, por estar à margem do método científico.

A segunda forma de abordagem ainda situava o jornalismo como uma ciência menor, mas “não de todo inútil” (MEDITSCH, 1997, p. 2). Aqui nomes como Max Weber (1864-1920), Walter Lippmann (1889-1974) e, principalmente, Robert Park (1864-1944) passam a refletir em variados graus sobre a notícia e sua estrutura. Principalmente Park, que foi repórter e trouxe algumas das suas práticas de jornalista como formas de métodos de pesquisa para a sociologia desenvolvida na Escola de Chicago.

Em seu principal artigo sobre o assunto, *News as a form of knowledge* (1940)<sup>5</sup> o autor aborda a discussão da notícia como uma forma de conhecimento mais diretamente. Adotando a filosofia pragmática de William James, ele aponta dois tipos fundamentais de conhecimento: *acquaintance with* (conhecimento-familiaridade) —\_conhecimento não sistemático, intuitivo ou de ‘senso comum’; e *knowledge about* (conhecimento das coisas)

---

<sup>5</sup> Traduzido em A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento (PARK, 2008).

— formal, racional e sistemático. Ambas formam um *continuum*, com diferentes graus de precisão e validade. E, dentro da gradação dos dois, existe a notícia em um nível intermediário — sendo uma das primeiras e mais elementares formas de conhecimento

Em outras palavras, a notícia não faz parte do senso comum, mas também não chega a ser científica (embora utilize métodos de coleta também), sendo importante para nós sua argumentação de que elas ajudam os indivíduos a interpretar as realidades que os rodeiam, afetando-os em diferentes intensidades. Há, aqui, uma concepção inicial de singularidade<sup>6</sup> e especificidade do conhecimento jornalístico, embora pouco desenvolvida por Park. A veia aberta pelo pesquisador, contudo, leva à terceira abordagem do jornalismo como conhecimento que, segundo Eduardo Meditsch (1997), pode ser entendida da seguinte maneira:

O Jornalismo não revela mais nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar. [...] O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais (MEDITSCH, 1997, p. 3).

Tal concepção vai se inserir na linha de construção social da realidade que o jornalismo fará parte. Mas é possível assumir a postura não de uma construção da realidade total (como se o jornalismo construísse a realidade *per se*), mas sim sempre negociada por outras instituições e atores sociais. E isso diz respeito às representações e narrativas midiáticas.

O papel social do jornalista, portanto, continua o mesmo em seus variados contextos de produção — mesmo com ferramentas distintas: trazer conhecimento sobre outras culturas. Assim como sua interconexão com subjetividades e alteridades. Das formas em como as notícias são coletadas e apresentadas, há uma gama de situações variadas.

Entre as principais encontram-se questões políticas e tecnológicas — da dificuldade em estar presente como testemunha ocular no século XIX ao uso tecnológico das redes

---

<sup>6</sup> Adelmo Genro Filho (2012) traz reflexão essencial sobre isso em sua proposta de teoria do jornalismo, a partir do diálogo com teorias marxistas, em especial a estética de Lukács. Grosso modo, o jornalismo inaugura uma nova possibilidade epistemológica no jornalismo.

sociais para a amplificação de vozes por vezes sem espaços de fala na mídia convencional. O desafio, por sua vez, esbarra em constantes constrangimentos organizacionais (política editorial; investimentos; acesso a locais e fontes, rotinas produtivas etc.) e temporais aos quais o jornalista muitas vezes está submetido.

Das forças que moldaram o jornalismo em tempos conflituosos, portanto, podemos dividi-las em três grandes categorias: pessoal, política e tecnológica. As pessoais dizem respeito aos fatos que, como o próprio nome deixa claro, acompanham o envolvimento do jornalista na apuração, com maior ou menor acesso a fontes e localidades, por exemplo. No caso da política diz-se dos contextos sociohistóricos básicos para o repórter cobrir com alguma qualidade determinados eventos. Por fim, o tecnológico, que engloba o desenvolvimento de ferramentas para dinamizar a distribuição de conteúdos em diferentes formatos.

No caso da cobertura sobre questões do Oriente Médio, em especial a situação Palestina-Israel, os principais enfoques jornalísticos geralmente são notícias de quando há algum tipo de acirramento de ânimos que podem acabar desencadeando em conflitos ou perturbações no dia a dia, como bem lembram as pesquisadoras Zahera Harb e Dina Matar (2013)<sup>7</sup>. Segundo elas, por viverem conflitos de longa duração, os espaços geográficos como da Palestina-Israel formam lugares nos quais há grande presença de (e na) “[...] competição sobre imaginação, construção e narração do conflito, assim como seus sentidos e centralidade no cotidiano das pessoas” (HARB; MATAR, 2013, p. 201).

Com isso, tais conflitos são bastante influentes também na elaboração de discursos, imagens, identidades e narrativas dos próprios conflitos, espaços e sujeitos. Diferente da ideia de ‘mediação de conflito’ — na qual tende-se a ver a imprensa e outras formas de comunicação como transmissoras neutras de informação ou até mesmo espécies de árbitro entre os lados — concordamos com a perspectiva de ‘narração do conflito’ proposta por Harb e Matar (2013) — ou seja, as narrativas são contestadas ou contrapostas em busca de legitimidade e/ou justificativa de atitudes dos atores envolvidos perante a opinião pública da comunidade internacional.

---

<sup>7</sup> Ambas também colocam na análise o Líbano.

Tal perspectiva permite examinar variados espaços discursivos e formas nas quais o conflito é mediado, comunicado, experienciado, imaginado e vivenciado no cotidiano, inclusive representado culturalmente. Dessa forma, altamente mediatizadas (atravessado por diferentes mídias), coberturas sobre conflitos contemporâneos tornam-se problemáticas e demandam novas formas de abordagens em como são narrados, onde e por quem (suas diferentes vozes). Pensar conflitos e jornalismo, assim, não deve ser visto de forma simplista, pois não existe um conceito único que dê conta de todos os diferentes contextos e significados para os variados conflitos no mundo.

Deve-se ter em mente uma abordagem histórica e cultural — levando em conta a importância do contexto e contextualização como concepções teóricas e práticas no campo jornalístico. Segundo a pesquisadora Ana Paula Lückman (2020, 2017), contexto pode ser definido como “recorte da realidade relacionado ao acontecimento jornalístico que será representado simbolicamente como notícia” (2020, p. 167). Para tanto, sua amplitude depende das escolhas dos jornalistas — dos seus referenciais epistêmicos e ideológicos — particularidades dos meios de publicação e alcance da notícia. Já contextualização é:

o processo de articulação complexa de elementos que, na construção da notícia, busca situar o acontecimento jornalístico dentro do recorte da realidade à qual pertence, com o estabelecimento do maior número possível de conexões entre esse acontecimento e os elementos relevantes a ele relacionados, partindo dos aspectos singulares e identificando informações conexas, pertinentes e consistentes que contribuam para ampliar a compreensão crítica sobre o tema, possibilitando, assim, a produção de conhecimento (LÜCKMAN, 2020, p. 168).

Dessa feita, ambos são indissociáveis e complementares. Se o contexto pode ser visto como uma rede, a contextualização é a estratégia para identificar, estabelecer e conectar os nós dessa rede (LÜCKMAN, 2020). Somado a isso, acrescentamos, é preciso pensar estratégias em como trazer a percepção de subjetividades, em qualquer conflito particular, na relação com cada territorialidade envolvida. Ao que o pesquisador Fernando Resende complementa, acerca do jornalismo e o conflito vivido pelo (e no) território palestino:

Assim, em suas formas factuais e ficcionais, binárias e não, a narrativa é invariavelmente constitutiva de um processo político e estético de produção e resignificação de sentidos sobre o mundo. E é por este viés que o esforço de compreender o jornalismo através de suas narrativas ajuda-nos a problematizar e criticar seus princípios. A menos que aceitemos que transmitir informação seja



sua única função, não há como pensá-lo, através da narrativa como problema (Resende, 2011), sem colocarmos em pauta as insuficiências que a linguagem produz. É do caráter da linguagem não dar conta do todo; é próprio de qualquer sistema de representação significar a falta. Portanto, pelo olhar da narrativa, o jornalismo, a despeito do seu esforço de clareza e precisão, não passaria impune pelos desígnios da linguagem (RESENDE, 2017, p. 130, grifos no original).

Como exemplo, podemos citar as diversas pesquisas que apontam essas disputas de sentido na (re)significação e (re)construção de narrativas. E, em termos midiáticos, a denúncia do *The Intercept* acerca do memorando do *The New York Times* sobre termos que deveriam ser evitados, por seus jornalistas, na cobertura — tais como ‘genocídio’, ‘limpeza étnica’, ‘territórios ocupados’ — e até mesmo a palavra Palestina com restrições<sup>8</sup>.

## 2. Acontecimentos jornalísticos e históricos

A partir das teorias do jornalismo, acontecimentos e fatos são sinônimos na prática e no senso comum, porém, para fins analíticos é necessária uma distinção. Os acontecimentos, neste ponto de vista, seriam os fatos selecionados pelo jornalista, a partir de valores-notícia e critérios como singularidade, acidentalidade, improbabilidade, unicidade, desvio, proeminência etc. Em outras palavras, os acontecimentos também podem ser constituídos como fenômenos midiáticos que merecem atenção pública e (re)organiza os fatos, ao deixar emergir múltiplos indícios e vestígios, que podem ser reacendidos com uma nova irrupção, de forma a gerar outros efeitos acerca do que já havia ocorrido.

As relações entre passado, presente e futuro, portanto, se interpenetram, mas não necessariamente há uma linha contínua entre eles, uma evolução de características causais. Como argumenta Louis Quéré (2012), o aparecimento de novos acontecimentos possibilita a reconstrução tanto do passado quanto do futuro.

Como observado, a concepção daquilo que é acontecimento trabalha com a construção de sentidos da realidade social de forma ampliada, podendo ter influências e

---

<sup>8</sup> Disponível em: <[https://theintercept.com/2024/04/15/nyt-israel-gaza-genocide-palestine-coverage/?utm\\_medium=email&utm\\_source=The%20Intercept%20Newsletter](https://theintercept.com/2024/04/15/nyt-israel-gaza-genocide-palestine-coverage/?utm_medium=email&utm_source=The%20Intercept%20Newsletter)> Acessado em 15 de abril de 2024.

reverberações tanto no presente, como no passado e no futuro. Ao falarmos em grande acontecimento contemporâneo para o conflito Palestina-Israel, portanto, reforçamos a ideia de longa duração.

Embora esta nomenclatura da *longa duração* possa nos induzir a pensar sob a perspectiva braudeliana, ela tem uma concepção diferente. Enquanto Fernand Braudel tratava a temporalidade como uma estruturação dos eventos no interior de conjunturas sociais e geológicas, nossa visão é de que a situação palestina-israelense analisada neste trabalho, por si só, pode ser chamada de grande acontecimento contemporâneo de longa duração em perspectiva próxima de Reinhart Koselleck.

Para ele, a temporalidade histórica faz parte de uma divisão temporal em estratos, a qual perpassa variadas durações e origens, ainda que elas possam atuar simultaneamente. Koselleck afirma que estes estratos separam os tempos históricos dos tempos naturais<sup>9</sup> a partir de três categorias, que podem ser relacionadas com o jornalismo: 1) singularidade: o que hoje nos atrai de forma diferente do que foi ontem; 2) repetição: como o nome diz, repete a organização e as estruturas com ordem lógica da vida, podendo também fazer surgir eventos singulares; 3) transcendência: tempos históricos que se estendem por gerações, baseadas, portanto, na *longa duração*. Estas divisões permitem inferir diferentes velocidades, mudanças ou atrasos, do tempo.

Dessa forma, com a percepção das dimensões temporais (passado, presente e futuro) e suas interconexões, é possível dizer que “toda história é história temporal, e toda história foi, é e será uma história do presente” (KOSELLECK, 2006, p. 201). Tal noção dá uma dimensão singular para a questão palestino-israelense e seus contextos.

Há, portanto, uma demanda social em explicar o que estamos vivenciando enquanto atualidade, principalmente com a aceleração da comunicação e informação, mas isso não significa que ela seja estruturante por si só, sem atravessamentos de sentidos e experiências de vida de e para outras temporalidades.

Em outras palavras, o tempo não é tomado como algo natural e evidente, mas como construção cultural que traz formas de relação entre o que já é conhecido ou experimentado

---

<sup>9</sup> Concebido como sendo o tempo imposto ao homem, isto é, ele é preestabelecido naturalmente, tal como no caso do ciclo do sol e a medida dos anos, meses, dias e horas.

(chamado pelo autor como ‘espaço de experiência’) com o passado e as possibilidades de futuro, conceituada por Koselleck como horizonte de expectativa. Ambos são conceitos interligados, visto que não há horizonte de expectativa sem espaço de experiência tal como não há experiência sem expectativa — e isso terá impacto na apreensão dos acontecimentos jornalísticos.

É possível dizermos que tanto o jornalismo quanto a história são espaços de construção da realidade e de representações simbólicas sobre essa mesma realidade. Nesse sentido, verificar mensagens explícitas e implícitas de mecanismos ideológicos de falsificação da realidade como se fossem ‘os fatos na realidade’, ‘fatos brutos’. Trazendo para o jornalismo, faz-se pertinente a afirmação de Muniz Sodré acerca do acontecimento jornalístico:

[...] a diferença entre os fatos brutos, objetos da realidade histórica indeterminada e o acontecimento jornalístico, que ocorre sempre *depois* dos fatos, isto é, quando se produz o trabalho *logotécnico* de determinação das circunstâncias — apuração dos detalhes, realização de entrevistas, portanto, mobilização de parcelas do público, que são também ‘atores’ do acontecimento. Não raro, a determinação de um fato se deve a avaliações de natureza *extrafactual* (do tipo análises jurídicas, políticas ou tecnológicas da situação em causa) e não a um ‘singular’ supostamente inscrito no real-histórico (2009, p. 59).

Por isso, as narrativas jornalísticas também podem contribuir muitas vezes (não necessariamente intencionalmente) na construção de um processo de tentativa de legitimação e justificativa da violência. Em outras palavras, todas estas características dos acontecimentos jornalísticos ajudam a organizar o aleatório a fim de produzir certa racionalidade na conjunção dos fragmentos dispersos do presente, ou melhor, da história do tempo presente, quando abordados pela imprensa.

Isso fica evidente também quando os acontecimentos jornalísticos e históricos necessitam de melhores contextualizações para serem mais compreendidos em suas nuances a cada novo evento. Os terríveis ataques do Hamas em 7 de outubro de 2023 em território israelense e a ação israelense em Gaza que perdura até o momento não podem ser traçados com paralelos falseados como o “11 de setembro de Israel”.

É claro que a narrativa sionista-israelense busca criar uma linha argumentativa de simplificação do que é ser palestino, equiparando qualquer um deles como potencial alvo

do Hamas na Faixa de Gaza<sup>10</sup>. É a narrativa construída pelo seu maior aliado – os EUA – desde a Guerra ao Terror, quando já buscava-se desumanizar e homogeneizar cada vez mais comunidades – como árabes, em particular, e muçulmanos em geral – com percepções orientalistas e islamofóbicas<sup>11</sup>.

Antes do 11/09, os palestinos eram ainda largamente considerados por outras nações como um movimento de resistência, lutando por seus direitos como exemplificado pelo apoio internacional e simpatia pelos palestinos em sua luta contra israelenses durante e depois da Primeira Intifada. Contudo, depois do 11/09, os israelenses pegaram emprestada a retórica da Guerra ao Terror — na qual rebatizou o terrorismo como exclusivamente árabe ou muçulmano — para enquadrar a resistência palestina como terrorismo. [...] [O] Islã tornou-se grande inimigo do Ocidente e foi enquadrado como a antítese dos valores ocidentais e judaico-cristãos. Isso não foi suficiente, todavia, apenas para demonizar e denegrir os árabes e muçulmanos; a elevação simultânea do Ocidente e seus aliados foi necessária (SIRHAN, 2021, p. 250).

Estereotipados, simplificados e expropriados da sua multifacetada identidade como *outro* (alteridade), os palestinos são muitas vezes essencializados e encaixotados, ignorando sua própria diversidade de visões de mundo. Nesse sentido, acaba-se transformando a narrativa da força militar ocupante e do povo ocupado como uma questão simplista de terrorismo e contraterrorismo para justificar muitas das violências e violações de direitos humanos e humanitários cometidos pelo Estado israelense também.

### 3. O papel das mídias sociais e a desconstrução da *hasbara*

Fruto da guerra de informação mencionada anteriormente, e do uso da *hasbara*<sup>12</sup> para tentar ser mais influente nesse campo, é comum o governo israelense utilizar seu aparato midiático para fazer circular as narrativas que corroborem suas justificativas em detrimento das narrativas palestinas na grande mídia *mainstream*.

<sup>10</sup> Segundo a Euro-Mediterranean Human Rights Monitor (Euro-Med Monitor), em 13 de maio de 2024, 43.640 palestinos foram mortos nos bombardeios israelenses. O número de civis corresponde a 91%.

<sup>11</sup> Segundo relatório, cresceu islamofobia no Brasil após os eventos de 7 de outubro de 2023. Disponível em < <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/dados-preliminares-de-pesquisa-revelam-aumento-da-islamofobia-no-brasil/> > Acesso em 20 de março de 2024.

<sup>12</sup> É um termo que combina as ideias de relações públicas e diplomacia pública (RODGERS, 2015; 2017). Não possui tradução para o português. Segundo Rajai Al-Khanji (2019), a palavra em hebreu significa ‘explicação’.

Para Al-Khanji (2019), a *hasbara* é um termo eufemístico para propaganda e promoção de criação de imagem positiva do governo israelense. Os principais pontos estratégicos que costumam ser adotados são: apelo para empatia; contiguidade semântica (estruturas narrativas similares para dar a sensação de valores comuns com outras sociedades); eufemismos; evitar determinados sentidos em mensagens – diz respeito a não utilizar certas expressões ou evitá-las completamente (até mesmo deturpando-as semanticamente).

Seu principal, claramente, é o objetivo de influenciar a opinião pública. Conforme David Siman-Tov e Ofer Friedman (2020), a comunicação das forças de ocupação israelense ou Forças de Defesa de Israel (FDI) eram baseadas em dois conceitos até o início da década de 2000: *hasbara* e guerra psicológica. Esta funcionaria como parte da estratégia de utilizar o engano e desinformação dos inimigos para obter vantagens nos conflitos.

Por outro lado, com as mídias digitais, o uso da *hasbara* vem tentando se atualizar para trabalhar nos esforços militares junto a mecanismos de *soft power* (NYE, 2021). Em outras palavras,

na capacidade de influenciar e atrair outras nações ou atores internacionais por meio de meios não-coercitivos, como cultura, valores, ideias, diplomacia, atração cultural e política, em contraste com o *hard power*, que envolve o uso direto de força militar ou econômica para obter influência (BALDIN; RAMOS, 2023, p. 174).

Isso leva a ferramentas de *whitewashing*<sup>13</sup> para negar (ou esconder) narrativas palestinas sobre o que acontece em seus cotidianos com violência contínua e de controle de suas vidas. Nesse caso, a infraestrutura midiática avançada de Israel significa que a tecnologia está prontamente acessível para jornalistas internacionais trabalhando lá. A facilidade com a qual o material pode ser enviado de Israel definitivamente contribui para a cobertura mais extensiva que aquele conflito recebe em tempos de tensão acirrada.

---

<sup>13</sup> Quando um Estado ou organização constrói narrativas e práticas para desviar a atenção de práticas contra direitos humanos, campanhas humanitárias, racismo, preconceitos LGBTQIA+, entre outros. O termo hoje tem diversas variáveis, não apenas em Palestina-Israel. Isso desde o uso dos esportes (*sportwashing*) para tal prática quanto de preocupações com o meio ambiente (*greenwashing*). Ver, por exemplo: <https://decolonizepalestine.com/rainbow-washing/> Acessado em 22 de maio de 2024; e <[https://www.btselem.org/publications/summaries/201605\\_occupations\\_fig\\_leaf](https://www.btselem.org/publications/summaries/201605_occupations_fig_leaf)>Acessado em 21 de maio de 2024.

Possivelmente, o fato de que a infraestrutura israelense seja superior à dos territórios palestinos ocupados significa que suas opiniões são mais amplamente e facilmente divulgadas.

Em termos de narrativas, desse modo, algumas das terminologias e nomenclaturas já trazem disputas de sentidos bem antes do atual momento e dos eventos de 07 de outubro de 2023. Na cobertura da Guerra em Gaza de 2009 (cunhada assim por palestinos) ou a chamada Operação Chumbo Fundido (por israelenses), por exemplo, vê-se a dimensão do poder da narração do conflito.

Como analistas, temos o privilégio temporal de poder perceber os jogos de poder com o surgimento de novos acontecimentos após os eventos já consolidados, o que nos permite reconfigurar os sentidos primeiros que se tentou construir sobre Gaza. Como acontecimento jornalístico, é possível adotarmos a compreensão da narrativa jornalística como apenas representação e substituí-la pela concepção de ela é uma “apresentação da realidade em movimento”, conforme desenvolvido por Luiz G. Motta (2012).

Em outras, palavras, a proposta do autor — bebendo das reflexões de Ricoeur sobre tempo e narrativa — nos faz pensar em uma compreensão da “narrativa jornalística como uma *apresentação experimental do mundo, que põe continuamente a realidade à prova*” (2012, p. 223, grifos no original), inserindo a notícia como forma de conhecimento de mundo, conforme já desenvolvemos anteriormente.

A operação que desencadeou a Guerra em Gaza em 2009, por exemplo, faz parte de uma série de operações militares que compõem o eufemismo da *hasbara*, em inglês, do movimento da política do exército israelense de ‘*mowing the lawn*’ (algo que pode ser traduzido como ‘cortando a grama’), utilizado por generais israelenses acerca das incursões militares recorrentes em Gaza, ‘matando o suficiente’ e ‘asfixiando perspectivas de sobrevivência’ (RABBANI, 2016). Segundo Mouin Rabbani,

[...] Os ataques massivos na Faixa de Gaza em 2008-9 (Operação Ferro Fundido) e 2012 (Operação Pilar de Defesa), tal como os incontáveis ataques individuais entre eles e até então, foram nesse contexto de exercícios nos quais o exército israelense chamou ‘cortando a grama’: enfraquecendo o Hamas e aumentando os

poderes de dissuasão de Israel. O Relatório Goldstone [Goldstone Report<sup>14</sup>] e outras investigações têm demonstrado, em detalhes excruciantes, que a grama consiste esmagadoramente de civis palestinos não combatentes, alvos indiscriminados dos armamentos de precisão israelenses (RABBANI, 2014, p. 63).

Tal estratégia, junto a termos eufemísticos para as operações militares, começou a ser denunciada por especialistas e observadores de direitos humanos por não procurar uma solução política, mas sim manter o *status quo* de Gaza sob controle militar e o território violentado por ataques militares em incursões esporádicas israelenses<sup>15</sup>. As maiores intenções dessa tática era manter a economia de Gaza à ‘beira do colapso’, segundo oficiais israelenses.<sup>16</sup> Isso tudo gerou correlação direta entre a intensidade do cerco e o número de mísseis lançados contra Israel.

Enquanto isso, Israel continua, até hoje, a controlar o espaço marítimo e aéreo de Gaza, além de seis das suas sete fronteiras (a sétima é com o Egito, a única na qual Palestinos são permitidos usar, mas ainda assim raramente fica aberta)<sup>17</sup>. Esta compreensão é corroborada pela visão do historiador israelense Avi Shlaim, em artigo de opinião publicado no *The Guardian*<sup>18</sup> sobre 2009.

Nele, Shlaim explica que a operação foi orquestrada para ‘aterrorizar a população civil palestina’. Ao fazer uso do conceito de terrorismo como “o uso da força contra civis para propósitos políticos” — aqui podemos equiparar certas atitudes do Hamas e o Estado de Israel —, o pesquisador aponta que a operação foi um “ato de terrorismo de Estado”,

---

<sup>14</sup> Disponível em Anistia Internacional: <https://www.amnesty.org.uk/gaza-operation-cast-lead> Acesso em 01 dez 2022.

<sup>15</sup> Operação Primeira Chuva (iniciada em 12 de setembro 2005); Chuvas de Verão (junho de 2006), a qual agregou a invasão por terra a Gaza somada aos ataques aéreos; Nuvens de Outono (novembro de 2006) — cada vez mais fazendo desaparecer a distinção entre alvos civis e não civis (PAPPE, 2022; FINKELSTEIN, 2014). Essas foram sucedidas pela operação, em 2008, da ‘Inverno Quente’, a Guerra em Gaza 2009 (Chumbo Fundido) e, anos depois, a Eco do Retorno (2012), Pilar de Defesa (também 2012 — ou Guerra em Gaza de 2012) e Margem Protetora (2014 — ou Guerra em Gaza de 2014).

<sup>16</sup> Ver *Israel said would keep Gaza near collapse: WikiLeaks*. Disponível em <<https://www.reuters.com/article/us-palestinians-israel-wikileaks-idUSTRE7041GH20110105>> Acesso 20 maio 2024.

<sup>17</sup> Informações do relatório *Gaza: a livable place in 2020?* Publicado em 28 de agosto de 2012, a URNWA detalha todas as dificuldades vivenciadas pela população de Gaza devido o bloqueio israelense sofrido há anos — desde acesso e consumo de água, economia frágil, educação, saúde, infraestrutura etc. Disponível em: <https://www.unrwa.org/newsroom/press-releases/gaza-2020-liveable-place> Acesso em 10 de abril de 2024.

<sup>18</sup> *Ten years after the first war on Gaza, Israel still plans endless brute force*. Disponível em <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/jan/07/ten-years-first-war-gaza-operation-cast-lead-israel-brute-force>> Acessado em 09 de abril de 2024.

com o intuito de influenciar a população a não apoiar o Hamas, partido que havia ganhado as eleições parlamentares palestinas legítimas em janeiro de 2006.

O próprio termo ‘conflito’, então, para narrar a situação na Palestina e em Israel não traduz de forma acurada o desequilíbrio de poder entre palestinos e israelenses, sendo transformado em uma “distorção de ambas história e realidade” (SIRHAN, 2021, p. 19). Isso faz parte do constante processo de um jornalismo internacional muitas vezes descontextualizado, calcado apenas nos acontecimentos da história do tempo presente imediata. Muito embora as reverberações dos acontecimentos dos conflitos ao redor do mundo tenham bases enraizadas em processos históricos que só serão desvelados posteriormente.

O acesso limitado a regiões palestinas como Gaza e o tempo de produção dos repórteres — influenciaram e influenciam no aprofundamento dos contextos dos acontecimentos pelo jornalismo. As vozes escutadas, em sua maioria, costumam ter maior peso do lado israelense (fontes oficiais), mas foi possível percebermos tentativas de desconstrução disso em matérias minimamente humanizadas (com mais testemunhos palestinos) ou entrevistas com especialistas — para além das análises puramente políticas e bélicas da questão.

Com as mídias sociais, o ecossistema midiático vem se transformando para além dos grandes monopólios de meios de comunicação e mais vozes palestinas vem ganhando campo. Segundo Thomas Zeitzoff (2017), as influências das mídias sociais podem ser divididas em quatro pontos interrelacionados: 1) redução dos custos de comunicação; 2) aumento na velocidade e disseminação das informações; 3) interação estratégica e adaptação competitiva de atores em resposta às mudanças comunicacionais tecnológicas; 4) novos dados disponibilizados pelos atores e cidadãos imersos no conflito, moldando-os.

Nesse sentido, é possível trazer perspectivas com vieses de direitos humanos e humanitários mais presentes para além de apenas dados militares e números frios de mortes. Pode-se privilegiar a própria realidade experienciada do conflito — com seus traumas, imagens chocantes de desespero, corpos, e luta por sobrevivência para além de questões geopolíticas e diplomáticas mais amplas. O aspecto emocional é amplificado nas



mídias sociais, em contraposição a uma sanitização<sup>19</sup> do jornalismo convencional sobre o conflito. No caso palestino e do ativismo digital de solidariedade à Palestina, as maneiras pelas quais as mídias sociais são utilizadas não podem ser separadas da experiência de violência contínua vivida por esses sujeitos (NAVEH, 2007; SIAPERA, 2014; BALDIN; RAMOS, 2023).

O objetivo desses atores, portanto, é muitas vezes denunciar tais experiências para desencadear indignação internacional e deslegitimar ações de Israel frente à comunidade internacional. Durante o Super Bowl norte-americano em fevereiro de 2024, por exemplo, houve indignação nas mídias sociais entre ativistas digitais palestinos, pois uma propaganda de guerra israelense foi exibida durante o evento<sup>20</sup>. Enquanto Gaza continuava sendo bombardeada, também houve o aumento da violência de colonos extremistas israelenses na Cisjordânia contra palestinos (região sob supervisão da Autoridade Palestina, sem influência do Hamas).

Soldados israelenses, por um lado, vem constantemente postando vídeos no Tik Tok dançando sobre ruínas em Gaza, explodindo prédios inteiros e mostrando uso indevido de pertences pessoais e de utensílios de casa de palestinos deslocados após bombardeios – significando potenciais crimes de guerra. Por outro, a ONG israelense Breaking the Silence, já com 234 mil seguidores no Instagram, vem dando espaço para depoimentos e denúncias das experiências de soldados israelenses nos territórios ocupados palestinos que vão contra as narrativas convencionais da *hasbara* israelense.

Do lado palestino, nomes como o do fotógrafo palestino Motaz Aziza (com 18,2 milhões de seguidores), da produtora audiovisual palestina Bisan Owda (4,7 milhões), a jornalista Plestia Alaqaad (4,6 milhões), do chefe da sucursal da *Al Jazeera* em Gaza, Wael Al Dahdouh (4,6 milhões), entre diversos outros, ganharam espaço nas redes. Durante a cobertura da atual situação, portanto, vem crescendo narrativas contra-hegemônicas — não apenas jornalísticas — nas mídias sociais.

---

<sup>19</sup> Imagens nem sempre tão explícitas, por exemplo. Geralmente são informações calcadas em mapas, dados, fontes oficiais e números que podem amenizar o caráter humano de sofrimento das populações civis. Contudo, a dimensão humanitária pode ficar menos aparente.

<sup>20</sup> Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=Ib7gGs3ndnE> > Acesso em 15 de fevereiro de 2024. Ver também: <https://operamundi.uol.com.br/guerra-israel-x-palestina/israel-lanca-video-no-super-bowl-e-palestinos-respondem-com-parodia-veja-as-duas-pecas/> Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

As diferentes vozes relataram e continuam falando sobre o dia a dia dos ataques israelenses em Gaza, os deslocamentos forçados, política da fome como arma de guerra israelense e mortes de civis com os ataques, podendo viralizar informações. Denúncias e restrições de conteúdo também fazem parte do contexto (MILADI, 2023).

Segundo a Sada Social<sup>21</sup>, centro palestino de mídia especializado em proteger conteúdos de palestinos nas plataformas digitais, vem-se documentando violações e suspensões de conteúdos digitais palestinos. Em relatório de 03 de maio de 2024, discursos de ódio, perda de dados, tentativas de *hackeamento*, violações de privacidade, somaram 5450 violações digitais distribuídas pelas diferentes plataformas — Instagram (32%), Facebook (26%), TikTok (14%), X (antigo Twitter, 12%) — 73% foram denúncias de conteúdos visuais (fotos e vídeos) relacionados à documentação dos bombardeios em Gaza.

Tais circuitos digitais são importantes ferramentas para a comunicação transnacional e solidariedade (BALDIN; RAMOS, 2023). No Brasil, existem diversos grupos e trabalhos do tipo. Em relação aos palestinos, podemos citar projetos como da Juventude Sanaúd (91 mil seguidores), Hyatt Omar (192 mil seguidores); Thiago Ávila (271 mil seguidores), Mansur Peixoto (História Islâmica), que compilam e contextualizam as principais notícias e informações.

São formas de contornar tentativas de silenciamento das coberturas jornalísticas como a da aprovação de uma lei do Knesset — parlamento israelense — para fechar meios de comunicação estrangeiros em Gaza a partir de 6 de maio de 2024, incluindo a *Al Jazeera*, o que causou estranheza na opinião pública internacional.

Inclusive em meio a denúncias, ampliadas desde o início da Guerra em Gaza, de ataques a profissionais da mídia. Segundo o Committee to Protect Journalists, até maio de 2024 as investigações preliminares mostram, ao menos, 107 jornalistas e profissionais da mídia mortos desde o início da guerra em Gaza, sendo o período de mais mortes de jornalistas desde 1992<sup>22</sup>. Dados esses que levaram o Repórteres Sem Fronteiras a

---

<sup>21</sup> Disponível em < <https://sada.social/>?> Acesso 22 de maio de 2024.

<sup>22</sup> Disponível em < <https://cpj.org/2024/05/journalist-casualties-in-the-israel-gaza-conflict/>> Acesso em 30 de maio de 2024.

apresentar a terceira queixa perante o Tribunal Penal Internacional por crimes de guerra cometidos por Israel contra jornalistas<sup>23</sup>.

## Considerações finais

Esse panorama de expansão da importância das mídias sociais no consumo de notícias e informações revela novas formas de representar e narrar a questão palestino-israelense e suas guerras de informações. A potencialidade em viralizar conteúdos e o uso de Inteligência Artificial, por um lado, trazem riscos de *fake news* que o jornalismo vai precisar lidar cada vez mais, com a necessidade de *fact-checking* mais constantemente.

A busca por legitimidade das narrativas ganha um novo espaço de disputas de poder, com narrativas críticas sobre o que está sendo divulgado pelos profissionais da imprensa e ativistas. Por outro lado, ferramentas como o uso das *hashtags* #, tanto para palestinos quanto para israelenses, contribuem na interpretação de quadros das mudanças da opinião pública internacional sobre os acontecimentos jornalísticos e históricos narrados.

## Referências:

BALDIN, Vitoria.; RAMOS, Daniela. **A emergência do digital no conflito palestino-israelense e a linha do tempo das estratégias político-comunicativas**. In: Revista Brasileira de História da Mídia, v.12, n.1, 2023, p.170-189.

BARBOSA DA SILVA, Vinicius. **Narrativas jornalísticas e alteridade**: entre representações do ‘outro’ e a construção dos acontecimentos jornalísticos da questão Palestina-Israel na Folha de S. Paulo e no The Guardian. Tese (Doutorado). UnB, 2023.

BERRY, Mike. **Reporting the Israel-Palestine Conflict**. In: HARB, Zahera (Ed.). **Reporting the Middle East: the practice of news in the twenty-first century**. London: I. B. Taurus, 2017, p. 87-105.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Série Jornalismo e Rigor, v. 6. Florianópolis: Insular, 2012.

<sup>23</sup> Disponível em < <https://rsf.org/pt-br/gaza-rsf-apresenta-queixa-perante-o-tribunal-penal-internacional-por-crimes-de-guerra-cometidos-por> > Acesso em 25 de maio de 2024

HARB, Zahera; MATAR, Dina. **Approaches to narrating conflict in Palestine and Lebanon: practices, discourses and memories.** In: HARB, Zahera; MATAR, Dina (Eds.) **Narrating conflict in the Middle East: discourse, image and communications practices in Lebanon and Palestine.** London: I.B. Tauris, 2013(kindle).

KAPOSI, David. **Violence and understanding in Gaza — the British Broadsheds’ coverage of the war.** London: Palgrave Macmillan, 2014.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.

LADEIRA MOTA, Célia. **Jornalismo: discurso, narrativa e cultura.** In: PEREIRA, F; MOURA, D; ADGHIRNI, Z (Org.). **Jornalismo e Sociedade — teorias e metodologias.** Florianópolis: Insular, 2012, p. 170-200.

LÜCKMAN, A. P. **A noção de contexto no jornalismo: uma proposição a partir da teoria da complexidade.** Tese (Doutorado). UFSC, 2020.

MEDITISCH, Eduardo. **O Jornalismo é uma forma de conhecimento?** Conferência proferida nos cursos da Arrábida, Universidade de Verão, 1997. Disponível em:<<http://www.crisluc.arq.br/O%20jornalismo%20%E9%20uma%20forma%20de%20conhecimento.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MILADI, Noureddine; MILADI, Aaya. **Digital media and the war of narratives in reporting the Palestinian-Israeli conflict.** In: MILADI, Noureddine (Ed.). **Global Media Coverage of the Palestinian-Israeli Conflict: Reporting the Sheikh Jarrah Evictions.** London: I.B. Tauris, 2023 p. 11-29.

MOTTA, Luiz G. **Narrativas jornalísticas e conhecimento de mundo: representação, apresentação ou experimentação da realidade?** In: PEREIRA, F; MOURA, D.;

ADGHIRNI, Z. (Orgs.). **Jornalismo e Sociedade: teorias e metodologias.** Florianópolis: Insular, 2012, 219-243.

NAVEH, Chanan. **The Palestinian-Israeli web war.** In: SEIB, Philip (ed.). **New media and the new Middle East.** Nova York: Palgrave Macmillan, 2007, p. 171-189.

PHILO, Greg; BERRY, Mike (Eds.). **More Bad News from Israel.** London: Pluto Press, 2011.

QUERÉ, Louis. **A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista.** In: FRANÇA, V.V.; OLIVEIRA, L. de (Orgs.). **Acontecimento: reverberações.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 21-39.

RESENDE, Fernando. **A guerra no coração da linguagem.** In: BAMBIRRA, A. et al

(Org.). Catálogo da 2ª Mostra de cinema árabe feminino [livro eletrônico]. Belo Horizonte, MG: Partisane Filmes, 2021, p. 174-181.

RESENDE, Fernando. **Imprensa e conflito**: Narrativas de uma geografia violentada. In: PEIXINHO, Ana T.; ARAÚJO, Bruno (Org.). *Narrativa e media: géneros, figuras e contextos*. Portugal: Coimbra, 2017, p. 124-150.

RABBANI, M. **Israel Mows The Lawn**. In: MATAR, Dina; TAWIL-SOURI, Helga (Eds.). *Gaza as metaphor*. London: C. Hurst & Company, 2016, p. 61-67.

RODGERS, James. **Headlines from the Holy Land**: reporting the Israeli-Palestinian Conflict. London: Palgrave Macmillan, 2015.

SIMAN-TOV, David; FRIDMAN, Ofer. **A rose by any other name? Strategic communications in Israel**. *Defence Strategic Communications*, v. 8, p. 17-52, 2020.

SIAPERA, Eugenia. Tweeting #Palestine: Twitter and the mediation of Palestine. *International Journal of Cultural Studies*, v. 17, n. 6, p. 539-555, 2014.

SIRHAN, Nadia. **Reporting Palestine-Israel in British Newspapers**: an analysis of British Newspapers. London: Palgrave Macmillan, 2021.

ZEITZOFF, Thomas. How social media is changing conflict. *Journal of Conflict Resolution*, v. 61, n. 9, p. 1970-1991, 2017.